

Funai no Amazonas está sob calamidade

No município de São Gabriel da Cachoeira, a administração da Funai está comprando fiado no comércio índios que estão doentes

As administrações regionais da Fundação Nacional do Índio (Funai) no Amazonas já começaram a sentir o corte de verbas no valor de R\$ 11 milhões anunciado pelo governo federal no mês de setembro. Em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), a situação é de calamidade.

O administrador da Funai no município, José Ribamar Caldas, 44, disse que desde agosto não recebe qualquer tipo de recurso. Mensalmente era enviado uma média de R\$ 10 mil para despesas com a Casa do Índio e 11 postos. Dessa administração dependem 460 comunidades indígenas, o que dá uma média de 25 mil índios divididos entre as etnias Tucano, Baniwa, Dessana, Piratapua, Curipaco, Ianomami, Macu, Tuiuca.

Ontem, Ribamar entrou em contato como a Funai em Brasília, solicitando R\$ 5 mil em caráter de urgência. O dinheiro é para cobrir gastos com o tratamento de 40 ianomami que estão com malária. "Na comunidade Inambu vivem 70 índios e mais da metade está doente", informou o administrador. A equipe da Fundação Nacional de Saúde (FNS) partiu ontem de São Gabriel da Cachoeira para socorrê-los.

"Contamos com a boa vontade de alguns comerciantes, que nos vendem fiado. Para esta missão tivemos que comprar combustível e medicamentos", disse Ribamar. Ele não tem ideia da dívida de sua administração. Só sabe que já está devendo água, luz e telefone, que no momento só está recebendo ligações.

Até a última parcela do convênio firmado ano passado com a prefeitura do município, no valor de R\$ 74,25 mil, está atrasada. Por meio dele estava sendo mantida a Casa

do Índio, que funciona com um médico, um enfermeiro e oito agentes de saúde. "O convênio é no valor de R\$ 297 mil, dividido em quatro parcelas de R\$ 74,25 mil", explicou Ribamar. A medicação e alimentos para os índios são fornecidos pela secretaria de Saúde.

Situação semelhante vive a administração da Funai em Tabatinga (a 1105 quilômetros). O administrador Walmir de Barros Torres, 53, disse que não sabe mais o que fazer para atender os 33 mil Ticunas. A Casa do Índio foi desativada há dois meses. A solução, segundo Torres, foi mudar a estratégia de atendimento.

Agora, os índios doentes procuram ajuda nos nove postos do município e são encaminhados ao hospital militar da cidade. Lá, são medicados, internados quando preciso, e depois da alta a Funai se encarrega de mandá-los de volta à aldeia. "Nosso trabalho só está sendo o de intermediar o tratamento".

A compra de gasolina para o deslocamento de equipes à aldeias também não está sendo mais possível. "Em Tabatinga só temos dois fornecedores e nenhum deles quer nos atender por meio de empenho, com medo de não serem pagos", informou Torres, ressaltando que para piorar a situação a Funai cancelou ontem qualquer tipo de empenho. "O negócio agora é aguardar para ver se melhora ou piora de vez".

A Funai, em Manaus, preferiu não se pronunciar sobre o corte de verbas. O interino Francisco Matos disse que vai aguardar a volta do administrador Benedito Rangel, que está em Brasília negociando recursos para os índios do estado. "Ele chega na sexta-feira e terá informações novas, mais precisas".

Coiab questiona a atuação

Para a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia no Amazonas (Coiab-AM) a história do corte de verbas da Funai não é o mais preocupante. No momento, o órgão vem questionando certas atuações da Funai, uma delas o uso indevido do recurso enviado pelo PPG-7 aos índios da Amazônia.

Segundo o assessor de imprensa da Coiab, Manuel Lima, o dinheiro, que deveria ser usado para a demarcação e proteção das terras indígenas, vem sendo utilizado para cobrir despesas administrativas da Funai. "Em 1994 foi assinado um convênio com o governo alemão, de cerca de US\$ 20 milhões. Mas por meio de matéria da Folha de S. Paulo, do dia 28 de setembro, tomamos conhecimento do desvio de R\$ 804 mil do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPTAL)".

De acordo com a Coiab, isso caracteriza um procedimento antiético e a coordenação teme que a atitude da Funai venha a prejudicar a relação entre o Brasil e os doadores do recurso.

Outro ponto que preocupa a Coiab

é a reestruturação da Funai, anunciada pelo presidente da fundação, Sullivan Silvestre. Manuel explica que embora Silvestre tenha dito que discutirá a proposta com os índios, deixou a data em aberto. Então, as lideranças indígenas de todo o País resolveram se antecipar e analisar as mudanças. A reunião acontecerá em Luziânia, Goiás, de 18 a 22 deste mês.

O vice-coordenador da Coiab no Amazonas, Cláudio Mura, 49, disse que um dos principais problemas da Funai é a falta de transparência. "Não sabemos quais as propostas do governo para os índios. Temos problemas de natureza administrativa, não existe um conselho deliberativo com participação indígena e sim um conselho consultivo, formado por índios indicados pelo presidente do órgão".

Cláudio irá amanhã a Brasília discutir questões ligadas à saúde indígena, que para ele não estão claras. "Vamos pedir à Funai que atenda as necessidades dos índios. Queremos uma secretaria diretamente ligada ao presidente da república", informou.

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: *crítica*
Data: 14/10/98 Pg A-5
Class: *Novos le Amazonia*
301